

Amazônia, o assunto de sempre

Júlio Eduardo

Nós e o mundo nos acostumamos a alguns temas que, mais do que cíclicos, são a pauta permanente da humanidade contemporânea: as guerras no Oriente Médio, o show business, a Internet, a política americana, a Amazônia. Em algum lugar do planeta, sempre se está falando da Amazônia, mesmo que sejam opiniões delirantes ou desinformadas.

Há correntes que evoluíram muito na compreensão do papel da Amazônia e do cerne da questão ambiental. De uma preocupação externa, preservacionista, passou-se a ver sociedade e natureza como equação única. Não há sociedade justa se não for também ambientalmente equilibrada e equitativa no uso dos recursos naturais. Apesar das ambigüidades e do utilitarismo que ainda comporta, o conceito desenvolvimento sustentável tem simbolizado crescentemente essa postura.

Em se tratando de Amazônia, há hoje batalha clara, ainda que incipiente, para fazer da região um pólo emblemático desse estilo de desenvolvimento. Há governos, cientistas, ONGs, empresários, cidadãos conscientes em geral tentando ampliar e dar densidade ao movimento que implica, simultaneamente, promover a inclusão social de numerosas famílias de agroextrativistas e trabalhadores urbanos e proteger a floresta da exploração predatória, por meio de programas que permitam geração de renda e manutenção — e até enriqueçam — a biodiversidade tropical.

Outro elemento fundamental é o respeito ao conhecimento tradicional de comunidades indígenas e de caboclos sobre fauna e flora. Que seja usado para a produção de remédios eficientes contra inúmeras doenças, mas não por meio da biopirataria, como tem acontecido e, sim, em troca de benefícios reais e proporcionais ao lucro comercial que os laboratórios e centros de pesquisa terão.

Infelizmente, estamos na pré-história dessa sustentabilidade. Conforme amplamente divulgado, estudo do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), de Manaus, e do Instituto de Pesquisa Tropical Smithsonian, dos Estados Unidos, afirma que a ação humana e a ocorrência de fenômenos climáticos podem degradar de 72% a 95% da floresta amazônica em apenas vinte anos. Até hoje a floresta perdeu área equivalente ao território da França, segundo dados de vinte anos de monitoramento feito pelo Inpe — Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. A cada ano são destruídos cerca de vinte mil quilômetros quadrados.

Há ainda a previsão de danos ecológicos decorrentes do desmatamento provocado pelas ações do Programa Avanço, Brasil, o vistoso portfólio de investimentos e obras do governo federal, que ousou adentrar uma região da fragilidade ambiental da Amazônia sem estudo sério de impacto ambiental. Só agora, por pressão de ecologistas e do próprio Ministério do Meio Ambiente, tenta-se consertar a situação.

O descuido ambiental com que foi elaborado o Avanço, Brasil, é um sinal alarmante do quanto ainda sobrevive, no coração do governo federal, a lógica economicista equivocada segundo a qual quais-

quer custos humanos e ambientais são aceitáveis em nome de certo tipo de progresso altamente seletivo ou de certos tipos de “ajustes estruturais”. O discurso formal mudou; fala em sustentabilidade, mas sem compromisso. As cabeças ainda estão nos anos 70, quando expoentes dos governos militares diziam que poluição é sinônimo de progresso.

Quando alguns de nós se assustam com ameaças de “internacionalização” da Amazônia, fico ainda mais assustado de pensar que muitas autoridades parecem raciocinar como se o antídoto para a perda da Amazônia seria acabar com ela antes. Um patrimônio que significa quinze vezes mais espécies de peixes que todos os rios europeus; 20% da água potável do mundo, a maior linhagem de aves, primatas, roedores, jacarés, sapos, insetos e lagartos da Terra etc.

É claro que não se trata de colocar a Amazônia sob redoma, tornando-a um santuário. Isso nem seria possível. A questão está em sabermos como desenvolvê-la considerando a necessidade de qualidade de vida para os dezenove milhões de pessoas que lá vivem. Mas o que inspira o planejamento dos burocratas, infelizmente, é o lobby de grandes grupos econômicos que continuam vindo na Amazônia lugar para ganhar dinheiro fácil, talvez para investimento nas bolsas ou para gerar emprego e renda em algum país desenvolvido.

É preciso elogiar algumas iniciativas do Ministério do Meio Ambiente e de sua Secretaria de Coordenação da Amazônia, que indicam preocupação com o longo prazo na região. Mas de que adianta se os ministérios que formam o núcleo de poder do governo não estão nem um pouco interessados nisso?

No Acre, com o Governo da Floresta, e no Amapá, com o Programa de Desenvolvimento Sustentável, há tentativas concatenadas de erigir uma lógica de desenvolvimento realmente sustentável. Curiosamente, são dois governos pressionados pela contravenção travestida de oposição política. Faz-se de tudo para afastar o governador Capiberibe do governo do Amapá e, no Acre, o governador Jorge Viana está sob ameaça de morte.

É preciso que a experiência do Acre, do Amapá e de algumas prefeituras isoladas se transforme em políticas públicas de amplitude regional. É isso que estamos conseguindo a duras penas com os programas de apoio ao extrativismo e as iniciativas de empresas que passam a adotar planos de manejo para extração de madeira e outros produtos florestais. Recentemente a Pirelli lançou o Pneu Xapuri, feito de borracha fornecida pelas cooperativas de seringueiros da Amazônia. A Mercedes-Benz vem trabalhando com as quebradeiras de coco do Maranhão na confecção de assentos para automóveis. Outras empresas vão no mesmo rumo, de agregar responsabilidade social e ambiental ao seu negócio.

Seria muito bom se esse fosse o assunto predominante quando se fala em Amazônia, mas, no momento, apenas uma corrente minoritária quer conversar em tais termos. Se é chegada a hora de defendermos a nossa Amazônia, que tal começarmos dentro de casa?